



ANEXO III DO PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Núm. do Processo	Data Formalização	Unidade do SISEMA responsável pelo processo
Intervenção Ambiental SEM AAF	02040000053/18	25/08/2020 16:50:06	NUCLEO POMPEU

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

2.1 Nome: 00194896-7 / ALCINA MARIA DE OLIVEIRA		2.2 CPF/CNPJ:	
2.3 Endereço:		2.4 Bairro:	
2.5 Município: ABAETE		2.6 UF: MG	2.7 CEP: 35.620-000
2.8 Telefone(s):	2.9 E-mail:		

3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

3.1 Nome: 00194896-7 / ALCINA MARIA DE OLIVEIRA		3.2 CPF/CNPJ:	
3.3 Endereço:		3.4 Bairro:	
3.5 Município: ABAETE		3.6 UF: MG	3.7 CEP: 35.620-000
3.8 Telefone(s):		3.9 E-mail:	

4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

4.1 Denominação: Buriti Curto e Laginha			4.2 Área Total (ha): 39,3202		
4.3 Município/Distrito: ABAETE			4.4 INCRA (CCIR): 4170170076092		
4.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: 18.247			Livro: 2-BL	Folha: 142	Comarca: ABAETE
4.6 Coordenada Plana (UTM)	X(6): 474.000		Datum: SAD-69		
	Y(7): 7.873.300		Fuso: 23K		

5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL

5.1 Bacia hidrográfica: rio São Francisco	
5.2 Conforme o ZEE-MG, o imóvel está () não está (X) inserido em área prioritária para conservação. (especificado no campo 11)	
5.3 Conforme Listas Oficiais, no imóvel foi observada a ocorrência de espécies da fauna: raras (), endêmicas (x), ameaçadas de extinção (); da flora: raras (), endêmicas (X), ameaçadas de extinção () (especificado no campo 11).	
5.4 O imóvel se localiza () não se localiza (X) em zona de amortecimento ou área de entorno de Unidade de Conservação. (especificado no campo 11).	
5.5 Conforme o Mapeamento e Inventário da Flora Nativa do Estado, 42,43% do município onde está inserido o imóvel apresenta-se recoberto por vegetação nativa.	
5.6 Conforme o ZEE-MG, qual o grau de vulnerabilidade natural para o empreendimento proposto? (especificado no campo 11)	
5.7 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel	Área (ha)
Cerrado	39,3202
Total	39,3202
5.8 Uso do solo do imóvel	Área (ha)
Pecuária	0,8500
Total	0,8500

5.9 Regularização da Reserva Legal – RL					
5.9.2 Reserva Legal no imóvel matriz					
Coordenada Plana (UTM)				Fisionomia	Área (ha)
X(6)	Y(7)	Datum	Fuso		
473000	7873100	SAD-69	23K	Cerrado	8,0871
Total					8,0871
5.10 Área de Preservação Permanente (APP)					Área (ha)
5.10.1 APP com cobertura vegetal nativa					1,7596
5.10.3 Tipo de uso antrópico consolidado				Agrosilvipastoril	0,7905
				Outro: Pastagens naturais.	
6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO					
Tipo de Intervenção REQUERIDA				Quantidade	Unidade
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca				29,4288	ha
Tipo de Intervenção PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				Quantidade	Unidade
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca				29,4288	ha
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO					
7.1 Bioma/Transição entre biomas					Área (ha)
Cerrado					29,4288
7.2 Fisionomia/Transição entre fisionomias					Área (ha)
Cerrado					5,6255
Campo Cerrado					23,8033
8. COORDENADA PLANA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO					
8.1 Tipo de Intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Plana (UTM)		
			X(6)	Y(7)	
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca	SIRGAS 2000	23K	473.452	7.873.159	
9. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA					
9.1 Uso proposto	Especificação				Área (ha)
Agricultura					3,0000
Pecuária					26,4288
Total					29,4288
10. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO					
10.1 Produto/Subproduto	Especificação		Qtde	Unidade	
LENHA FLORESTA NATIVA			578,47	M3	
10.2 Especificações da Carvoaria, quando for o caso (dados fornecidos pelo responsável pela intervenção)					
10.2.1 Número de fornos da Carvoaria:		10.2.2 Diâmetro(m):		10.2.3 Altura(m):	
10.2.4 Ciclo de produção do forno (tempo gasto para encher + carbonizar + esfriar + esvaziar):				(dias)	
10.2.5 Capacidade de produção por forno no ciclo de produção (mdc):					
10.2.6 Capacidade de produção mensal da Carvoaria (mdc):					

11. ESPECIFICAÇÕES E ANÁLISE DOS PLANOS, ESTUDOS E INVENTÁRIO FLORESTAL APRESENTADOS

5.3 Especificação de ocorrência de espécies da fauna e/ou flora: Flora: Pau Terra, Pequi, Cagaiteira, Quina, Pacari
Fauna: Tatu, Carcará, Siriema, Cascavel.

5.6 Especificação grau de vulnerabilidade: Classe alta.

12. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS

Parecer Técnico Intervenção Ambiental - PA Nº 02040000053/18.

1. Histórico

1.1 - Formalização: 28/08/2018.

1.2 - Controle processual prévio a análise técnica em 21/11/2018 - 0181/2018.

1.3 - Solicitação de vistoria pelo Supervisor: 28/04/2020.

1.4 - Comunicado de vistoria à proprietária: 08/05/2020.

1.5 - Declaração assinada da proprietária e outros documentos, ciente da situação de emergência em situação Saúde pública perante o COVID-19, em 19/05/2020.

1.6 - Vistoria: 19/06/2020; revistoria em 24/06/2020. A primeira vistoria foi acompanhada pelo senhor João Evando da Cunha.

1.7 - Emissão do Parecer Técnico: 21/08/2020

2. Objetivo

É objeto deste parecer é analisar sobre a viabilidade do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo, em área passível de deferimento com 29,42,88 há, para fins de implantação de pastagens com capim braquiária (Exótica) ou seja pecuária e parte em uso com agricultura.

3. Caracterização do imóvel/empreendimento

O imóvel rural denominado Fazenda São Sebastião da Morada e Bom Sucesso da Barra do Pará, matriculado no CRI de Abaeté sob o nº 18.247, livro 2 RG, com área total de 39,32,02 ha, localizado na zona rural do município de Abaeté/MG, tem como proprietária a senhora Alcina Maria de oliveira. Está inserido nos domínios do bioma Cerrado, desenvolve pequena atividade de bovinocultura de corte/extensivo – Pecuária. A utilização do solo é com pastagens naturais. Imóvel localizado à aproximadamente 30 Km de Abaeté, sentido Martinho Campos, pela BR 352, na altura do Km 22, entrar a esquerda sentido região de São Sebastião da Morada, percorrendo por mais 8 Km até a propriedade. Com coordenadas planas UTM 23 K. Datum sirgas 2000. centrais do imóvel: Latitude: 473000 e longitude 7873100

A Fazenda São Sebastião da Morada e Bom Sucesso da Barra do Pará apresenta relevo com variações de plano e suave ondulado, apresenta solo do tipo Latossolo vermelho-amarelo e Cambissolo, apresenta pontos com erosões, tipo laminar e em sulcos.

A hidrografia presente na propriedade é composta por um pequeno curso d'água intermitente e por grotas, inclusive no dia da vistoria não corria água no leito. Este afluente do Rio São Francisco, pertencente à bacia hidrográfica do Rio São Francisco.

A vegetação nativa do imóvel é constituída de cerrado sentido restrito e de campo cerrado.

3.1 Cadastro Ambiental Rural e Reserva Legal

O imóvel apresenta reserva legal averbada em cartório, com modalidade dentro do próprio imóvel, conforme verificado na certidão de registro de imóveis, averbação Av 3-18247, registrado em 02/05/2010. A reserva está inscrita no Cadastro Ambiental Rural – CAR com área de 8,09,62 ha, não inferior a 20% de sua área total declarada, inicialmente, com 39,32,02 hectares (CAR Nº MG 3100203-EE2A.151A.F39D.4FDB.8F96.08C6.3035.7261).

Na planta topográfica apresentada nos autos, tendo como responsável Renan Eustáquio da Silva, CREA: 213.806/D, a Reserva Legal é descrita com 8,08,71 ha. Assim, no CAR constam 8,0962 hectares. O levantamento topográfico juntado ao processo, referente ao imóvel ora analisado sob a anotação de responsabilidade técnica nº 1420180000004670682.

Em análise à Reserva Legal apresentada no CAR e na planta topográfica, percebe-se uma pequena diferença decimal na área com vegetação nativa vegetação, cerrado sentido restrito, sem nenhum tipo de degradação, passível de aprovação, equivale a 0,0091 hectares. Não haverá necessidade de adequar a reserva legal no CAR, sendo que a área descrita nesse sistema é maior do que a mencionada na planta topográfica e em diversas locais não atende às exigências legais para delimitação da Reserva Legal, especificamente, àquelas previstas no art. 26 da Lei 20.922 de 2013.

A reserva legal encontra-se em ótimo estado de conservação, sua localização está de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida. Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel, como uso consolidado, com presenças de gramíneas e arbustos em regeneração, área de preservação permanente e remanescente de vegetação nativa.

3.2 Áreas de Preservação Permanente – APP

As áreas de preservação permanente do imóvel estão às margens dos recursos hídricos, encontra-se com vegetação nativa preservada. A área total de APP do imóvel é de 1,76,70 ha, conforme descrito no CAR. O status de conservação/adequação das áreas de preservação permanente é bom.

Especificamente, em relação à intervenção solicitada, a área de 29,42,88 ha de vegetação nativa, contribui relativamente para a preservação das espécies da fauna e flora, formando corredores ecológicos com as áreas de preservação permanente. É um local com presença de alimentos e rica biodiversidade.

3.3 Diagnósticos Ambientais

A área de intervenção conforme a Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IDE-Sisema, instituída por meio da Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2.466/2017, quanto aos fatores locacionais e aos critérios de vedação e restrição está da seguinte forma disposta:

3.3.1 Unidades de Conservação

O empreendimento não está localizado em Unidades de conservação de proteção integral nem em zona de amortecimento, bem como não está localizado em áreas reconhecidas como Sítios Ramsar.

4. Da Intervenção Ambiental requerida:

Após análise da documentação apresentada e vistoria no local da intervenção entende-se que o requerente apresentou elementos técnicos suficientes para apreciação do que se pede. Foi requerida a intervenção ambiental para supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo, em área comum de 29,42,88 ha para fins de formação de área de pastagens, ou seja, pecuária e parte pra agricultura.

Essa área apresenta cobertura florestal e fitofisionomia características do bioma cerrado, com presença de espécies *Annona coriácea* (Marolo do cerrado); *Annona crassiflora* (Araticum do cerrado); *Schefflera macrocarpa* (Mandioqueiro); *Piptocarpha rotundifolia* (Coração de nego); *Caryocar brasiliense* (Pequi); *Maytenus floribunda* (Cafezinho), entre outras.

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

4.1.1 Recursos Hídricos

A vulnerabilidade dos recursos hídricos é média.

4.1.2 Vulnerabilidade Natural

A vulnerabilidade natural é predominantemente alta e média.

4.1.3 Suscetibilidade a degradação estrutural do solo: Alta.

4.1.4 Vulnerabilidade do solo à contaminação: Baixa.

4.1.5 Prioridade para conservação do solo: Muito Baixa.

4.1.6 Área de drenagem a montante de cursos d'água enquadrados em classe especial. No IDE à drenagem na Bacia hidrográfica do Rio São Francisco.

4.1.7 Mapeamento geomorfológico no IDE–Sisema classificado em Bacias e coberturas sedimentares fanerozóicas. Estratigráfico Estrutural. Depressões do Alto Rio São Francisco

Conforme IDE à área requerida para intervenção não está em área de prioritária para conservação da biodiversidade, também não se encontra em área protegidas federais, estaduais, municipais, RPPNs e APE's (<http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br>)

Segundo o SIRCAR não há restrições de terras indígenas e sobreposição a áreas embargadas.

4.2 características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

No imóvel ainda não há ainda um sistema de captação de água, apenas uso de água para consumo de animais no pequeno curso d'água na divisa da propriedade ao leste.

Atividades desenvolvidas: Bovinocultura com criação extensiva de pequeno porte.

Atividades licenciadas declaradas: Utilização pretendida: G-02-07-0 e G-01-03-1.

Classe do empreendimento: Não passível.

Critério locacional: 01

Modalidade de licenciamento: Declaração de dispensa nº24895764. (Folhas 11 e 12

Cadastro técnico Federal: 7223737

4.3 Da vistoria realizada:

Considerando a análise prévia do imóvel, fundamentadas em informações obtidas através das plataformas como: IDE–Sisema; Google Earth; Siam; imagens do satélite Sentinel -2; foram realizadas diligências "in loco" nos dias 19/06/2020 e 24/06/2020, conforme requerimento nº 02040000053/18, e vistoria acompanhada pelo colega João Evando da Cunha e a proprietária não pode acompanhar por estar hospitalizada. Para verificar a viabilidade ecossistêmica do requerimento de intervenção ambiental, foram constatadas que a área solicitada para supressão de cobertura vegetal nativa é constituída da fitofisionomia Cerrado Stricto Sensu (sentido estrito) e Campo Cerrado. Entre as diferentes espécies encontradas, muitas são endêmicas. Parte do fragmento classificado em campo cerrado apresenta parte de solo exposto, com pouca vegetação. Constatado inclusive uma pequena erosão laminar, pelo impacto das chuvas direto ao solo. Não foi constatada a existência de áreas subutilizadas. Sobre tudo para minimizar o efeito desgaste do solo, com possibilidade de aumentar estagio da erosão, foi informada a consultora responsável pelo processo sobre as praticas agrícolas, como referência a demarcação das curvas em nível, como também no plantio, e desviou por escoamento aguas pluviais no solo e criações de pequenas barraginhas.

Em relação à reserva legal, o fragmento maior apresenta vegetação nativa de cerrado sentido restrito, em bom estado de conservação. O status de conservação/adequação da Reserva legal é bom.

Durante a vistoria observou-se a existência de árvores de espécies imunes e ameaçadas, como o Pequi e o cedro, conforme orientação à consultora da empreendedora Bárbara Silva Oliveira e já de seu conhecimento e constitui no plano de utilização pretendida apresentado não ocorrerá a supressão destes indivíduos.

Ressalta-se que a autorização em apreço não dispensa a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis.

Para fins de cobrança de taxas de reposição florestal segue rendimentos estimados para os indivíduos suprimidos:

Lenha de floresta nativa: 480,6507 m3 (Cerrado: área de 9,0846 ha) + 97,8166 M3 (Campo Cerrado: área de 20,3442 ha) = 578,4673 m3.

(Pagina 116 do inventario florestal apresentado).

Taxa de expediente relativo à supressão vegetal (paga pagina 225)

Taxa florestal relativo ao volume de material lenhoso (paga pagina 226)

Reposição florestal a pagar: 578,4673 m3.

4.3.1 Características Físicas:

Topografia: Plana.

Solo: o imóvel apresenta solos das classes Latossolo (Latossolo vermelho LV d4) e Cambissolo.

Hidrografia: imóvel este localizado na Bacia do São Francisco.

4.3.2 Características biológicas:

Vegetação: Conforme consulta a plataforma do IDE-Sisema o imóvel está totalmente inserido no bioma Cerrado, conforme mapa de biomas do IBGE

Fauna: De acordo com o estudo ambiental apresentado para o processo no imóvel, não foram identificadas espécies ameaçadas de extinção ou raras. Na vistoria, também não identificadas.

4.4 Alternativa locacional: Não se aplica.

4.5 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

No sentido de minimizar os efeitos causados pela supressão de vegetação ao longo do empreendimento, algumas medidas devem ser necessariamente implantadas na área antes, durante e depois do processo de supressão, conforme PUP apresentado:

4.5.1 Alterações físico-ambientais do solo: Será realizado um eficiente sistema de todas as etapas do preparo do solo. Sendo necessário à construção de barragens para facilitar a infiltração de água no solo.

4.5.2 Alteração da qualidade do ar: Será mínimo devido ao pequeno tamanho da área de autuação dos equipamentos e será mitigado através do uso de maquinas em boas condições de operação, atendendo a legislação em vigor.

4.5.3 Alteração da qualidade da água: Na área do empreendimento essas alterações serão mínimas devido à existência de vegetação campestre que poderá reter sedimentos que por aventura venha a ser produzido. Não existem linhas de drenagem próximas na área de supressão.

4.5.4 Efluentes sanitários; Serão implantados sanitários químicos durante os serviços. Não haverá lançamento de esgotos a céu aberto.

4.5.5 Geração de resíduos sólidos: Embalagens plásticas papeis e sucatas serão colocadas em recipientes adequados.

4.5.6 Geração de ruídos: Será minimizado de forma manter os índices de decibéis permitidos dentro da legislação e uso de equipamentos de proteção.

4.5.7 Modificações de habitats terrestres e aquáticos: Será mínimo, pois o local está antropizada e descaracterizado, pouca interferência nos habitats.

4.5.8 Afugentamento de indivíduos da fauna: Ocorrerá fuga temporária, basicamente de avifauna é temporário.

4.5.9 Supressão da vegetação; Considera de pequena magnitude, maioria ambientes campestres, considerando a preservação da Reserva Legal e as áreas de preservação permanente.

4.4. Analise Técnica:

Durante os dias de vistorias mencionados, estivemos na área requerida para implantação do empreendimento, nessas oportunidades foi percorrida grande parte da área proposta para intervenção realizando a analise ambiental do imóvel como um todo. Realizado o caminhamento pelo imóvel, tendo sido percorridos a área de reserva legal, a verificação da existência de espécies protegidas por lei e ameaçadas de extinção bem como a verificação in loco de outros fatores restritivos para a implantação do empreendimento. Foram conferidos juntamente com a planta topográfica do imóvel alguns pontos necessários de verificação. Foi conferido o inventário florestal in loco, apresentado juntamente com o plano de utilização pretendida e o censo Florestal as amostras de parcelas (20 m2 x 30 m2) conferidas com a planilha de campo, os indivíduos demarcados com suas características e medidas levantadas. Intensidade amostral utilizada foi de 5,2% de toda área alvo do inventário. Equação utilizada para o volume total com casca (Vtcc) Cerrado sensu stricto(Scolforo,J.R.et al).

Foi utilizado o sistema de amostragem casual simples de acordo com Péllico Netto & Brena (1997). Utilizado em florestas pequenas e homogêneas.

Ademais foi verificado que a propriedade com área de 39,32,02 ha, tem 52 % de campo cerrado, com pouca vegetação, predominando arbustos e pequenas árvores isoladas, com solos expostos, não efetivamente utilizadas. Passíveis de autorização, para atender o objetivo de formação de áreas de pastagens, interesse do produtor rural requerente. Assim sugerimos com as verificações de modo geral ao deferimento da área requerida para supressão.

5. Conclusão

Considerando que na área requerida para intervenção, há uma pequena erosão laminar do solo, por um lado, devido ao manejo inadequado da atividade pecuária em regime de pastagens naturais desenvolvida na propriedade e, por outro, devido à falta medidas para conservação do solo.

Considerando que foi constatada em vistoria a área não efetivamente utilizada para atividades agrossilvipastoris e a possibilidade de expansão dessas atividades com manejo adequado e medidas de conservação do solo;

Considerando a ausência dos recursos hídricos próximos à área em que foi solicitada autorização para supressão de vegetação nativa e que essa área não contribui efetivamente para a recarga hídrica que alimenta o lençol freático;

É sugerido o deferimento do pleito de supressão de cobertura vegetal nativa em 29,42,88 hectares, com expressiva área e manejo para expansão de novas pastagens, atividade já considerada desprezível na propriedade Fazenda São Sebastião da Morada e Bom Sucesso da Barra do Pará.

6. Recomendação técnica (medidas mitigadoras corretivas)

- Realizar o cadastro e registro de categoria para todas as atividades que forem desenvolvidas.
- Executar todas as medidas mitigadoras elencadas no PUP.

Técnico Responsável	Formação/Cargo	MASP
Amarildo César Ramiro	Engenheiro Agrônomo / Analista Ambiental	1021250.4

CONDICIONANTE:

1. Cercar, isolar e proteger as áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente do Imóvel com cerca de arame liso, quatro fios – PRAZO: 120 DIAS A PARTIR DA EMISSÃO DA AUTORIZAÇÃO.

OBSERVAÇÃO:

Não está autorizada a supressão de espécies ameaçadas de extinção e legalmente protegidas.

13. RESPONSÁVEL (IS) PELO PARECER TÉCNICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

AMARILDO CESAR RAMIRO - MASP: 1021250-4

14. DATA DA VISTORIA

quarta-feira, 24 de junho de 2020

15. PARECER JURÍDICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

Vistos etc.,

Trata-se de pedido de intervenção ambiental com supressão de vegetação nativa do bioma cerrado, não se tratando de áreas especialmente protegidas.

A competência para análise e decisão está disciplinada no Decreto n. 47892, de 2020, competindo a equipe técnica da URFBio Centro Norte analisar o pedido em razão da localização do imóvel e da atividade que não está sujeita ao licenciamento ambiental, conforme declaração de dispensa de f. 12 dos autos.

A área na qual se requer a intervenção pertence à Requerente, conforme documentos de f. 18 a 19 dos autos.

As taxas de expediente e florestal encontram-se acostadas às f. 225 a 227 dos autos, conforme exigência prevista na Lei nº 22.796, de 2017.

A publicação referente ao pedido, conforme exige a Lei Federal nº. 15.971, de 2006, foi realizada e está acostada às f. 228 dos autos.

Ao que se refere às questões ambientais, tanto a área quanto a vegetação nativa, que se requer a intervenção, não são consideradas especialmente protegidas, como informa a Requerente e atesta o gestor do processo.

Também não foram identificadas área abandonadas ou subutilizadas no imóvel conforme também atesta o gestor do processo. Quanto as áreas de preservação permanente e da reserva legal, estas encontram-se em bom estado de preservação e conservação, conforme registrado pelo gestor do processo.

Assim sendo, manifesta-se pela possibilidade jurídica de se atender ao pedido e submete-se à análise e deliberação do(a) Supervisor(a) Regional,

Decidido sobre o que se requer, publicar a decisão conforme exigência prevista na Lei nº 15.971/2006 em seu artigo 4º e, caso autorizada a intervenção, antes da emissão do ato autorizativo, exigir o cumprimento da reposição florestal, nos termos do que determina o Decreto n. 47.749, de 2019, em seu art. 119, parágrafo segundo.

Sete Lagoas, 18 de setembro de 2020.

Alessandra Marques Serrano
Advogada - Analista Ambiental – URFBio Centro Norte
OAB/MG 70864 - MASP. 0801849 1 – IEF

16. RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)
--

ALESSANDRA MARQUES SERRANO - 70864

17. DATA DO PARECER

quarta-feira, 28 de outubro de 2020